



**PREFEITURA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania,  
Rogério Sottili, na abertura do seminário de apresentação do Plano  
Operativo da Política de Saúde Integral da População LGBT**

*(8/11/13, às 9h30, na UNG do Shopping Light)*

Bom dia a todas e a todos,

É uma grande satisfação estar presente neste importante seminário, que irá apresentar o Plano Operativo da Política de Saúde Integral da População LGBT. O plano é vanguarda entre as capitais, sendo que São Paulo é a primeira grande cidade a construir uma política nacional de saúde específica para esse grupo.

Cumprimento o secretário-adjunto de Saúde, Paulo de Tarso Puccini, e parabênzo o coordenador de Políticas para LGBT, Julian Rodrigues, que se dedicou muito, juntamente com a Secretaria Municipal da Saúde, para que esse plano fosse possível aqui em São Paulo.

Infelizmente, ainda há muito preconceito e falta de informação sobre o tema. No ano passado, quase 10 mil pessoas foram vítimas de agressões e preconceitos por causa da sua orientação sexual – um crescimento de aproximadamente 50% em relação ao ano anterior. E não é diferente na rede de saúde.

Por isso, é muito importante trabalhar com os princípios dos direitos humanos e com o princípio da equidade (uma das bases do SUS), como forma de

melhorar o atendimento, o acolhimento e a promoção da saúde integral de um segmento específico da população, historicamente vítima de estigma e discriminação.

O Plano apresentado hoje é uma resposta a algumas demandas da comunidade LGBT trazidas no diálogo que realizamos no começo do ano, e também consolida as diretrizes da política nacional do Ministério da Saúde, que, por sua vez, é fruto das conferências nacionais LGBT realizadas em 2008 e 2011.

O Plano foi construído em um diálogo e parceria entre a SMDHC e a Secretaria Municipal da Saúde, que começou com a nomeação do GT conjunto, no começo do ano, que discutiu e elaborou o plano agora apresentado. O resultado consolida a demanda como política estruturante, na medida em que se torna institucional e permanente.

O Plano vale para 2014 e 2015, e depois desse período deverá ser revisto e aperfeiçoado para se tornar cada vez mais eficiente e mais perto do que queremos.

No Município, a SMDHC está trabalhando para fortalecer as institucionalidades da política LGBT e, principalmente, a articulação de ações no conjunto de governo que se traduzam em uma política adequada de promoção da cidadania LGBT. Isso porque compreendemos que apenas a gestão transversal é capaz de responder às demandas que se impõem e trazer resultados efetivos para a população.

Além disso, entendemos que a nossa atuação, em qualquer hipótese, deve ser construída intrinsecamente com o movimento social. Dessa maneira, haverá um comitê técnico para monitorar o Plano apresentado, com a participação da sociedade civil.

A participação social é, antes de tudo, um direito e um instrumento essencial para o aprofundamento democrático. Ela cria condições para que os movimentos sociais, as universidades e o conjunto da sociedade civil organizada, com a vasta experiência acumulada, possam contribuir em todas

as etapas de construção política. Este processo de pactuação mútua e de responsabilidades compartilhadas possibilita a qualificação das políticas e faz com que seus resultados cheguem à ponta com maior coesão, coerência e, conseqüentemente, com maior efetividade.

A questão LGBT está sendo debatida de forma comprometida nesse governo e uma grande conquista nesse ano foi a garantia de uma meta específica no Programa de Metas da Cidade para essa população. A meta 61 determina o desenvolvimento de ações permanentes de combate à homofobia e à diversidade sexual. Isso é extremamente importante para a institucionalidade da política LGBT, pois insere essa perspectiva nas prioridades da gestão, facilita a articulação transversal e garante orçamento para a área.

Sob esse guarda-chuva, já temos a perspectiva de realizar uma série de ações para a garantia dos direitos humanos da população LGBT, como campanhas contra a homofobia; ampliação da rede de centros de referência interdisciplinar; disponibilização de unidades móveis de combate à homofobia; formação de professores da rede municipal, entre outras ações, além daquelas que já mencionei.

Especificamente na área de saúde, queremos avançar cada vez mais. Já realizamos algumas coisas importantes, como a parceria com a Escola Municipal de Saúde, a formação de servidores, a divulgação de conteúdos sobre o atendimento e a saúde de LGBT, sobre combate à homofobia e outros materiais informativos destinados aos funcionários da Secretaria Municipal da Saúde.

Ainda há muito a fazer, mas temos avançando, desde a institucionalização da política transversal, construída com participação social até as entregas que começam a ocorrer.

A São Paulo que queremos não admite preconceitos, muito menos no atendimento à saúde, que deve estar preparada para cuidar das especificidades LGBT. Para isso, é fundamental a política estruturante e transversal apresentada nesse Plano.

Bom seminário a todos e todas!

Forte abraço e obrigado.